



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Resolução nº 14/2015

Criação da Comissão de Revisão e  
Consolidação Legislativa.

**Art. 1º** Acresce o inciso XXVI ao *caput* do art. 30 do Anexo da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

XXVI - Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa.

**Art. 2º** Acresce o art. 33Z ao Anexo da Resolução nº 1, de 2005 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 33Z. Compete à Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do Poder Público Estadual no que se refere à criação, atualização, compilação, compatibilização e consolidação normativa, sob o aspecto jurídico e social, a fim de harmonizar e desburocratizar a aplicabilidade e funcionalidade legislativa estadual;

II - analisar medidas que visem atender aos preceitos enunciados no inciso I deste artigo, inclusive mediante acordos e cooperação com poderes e entidades;

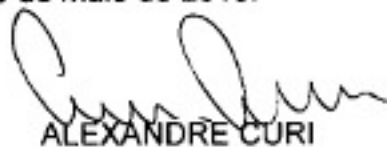
III - fiscalizar a eficácia, aplicabilidade e funcionalidade das leis sancionadas pelo Poder Executivo, bem como dos atos normativos promulgados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob o aspecto técnico, social e econômico, com vistas a sugerir sua revogação, adequação ou manutenção, inclusive mediante expedição e recomendações e requerimentos de informações aos órgãos competentes;

IV - atender às demandas apresentadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através de seus Membros ou Órgãos, outros Poderes Constitucionais, sociedade civil organizada e população em

geral, por meio de requerimento enviado à Mesa Executiva, à Ouvidoria da Casa ou à própria Comissão.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

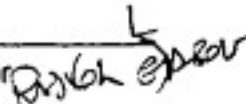
Sala das Comissões, 18 de maio de 2015.



ALEXANDRE CURI  
Presidente



Relator



Relator



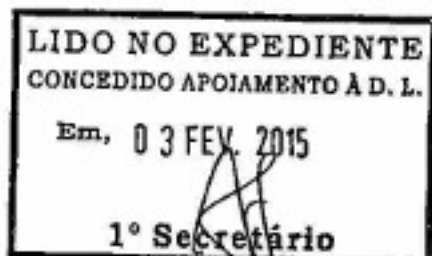
Prof. Luis



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



PROJETO DE LEI Nº 37 DE 2015



**Súmula:** Os Estádios de Futebol, Ginásios Esportivos e Clubes Sociais do Estado do Paraná ficam obrigados a criar e manter locais reservados para acomodação de portadores de deficiência física.

**Art. 1º** - Os Estádios de Futebol, Ginásios Esportivos e Clubes Sociais do Estado do Paraná ficam obrigados a criar e manter, no mínimo 0,02% de seus lugares para a acomodação de portadores de deficiência física.

**Parágrafo único.** Caso o percentual disposto no caput deste artigo não atinja um número inteiro, a fração deverá ser arredondada para cima, considerando o próximo número inteiro.

**Art. 2º** - Para os efeitos desta Lei, consideram-se pessoas portadoras de deficiência física as que sofram dificuldades de mobilidade e locomoção, temporária ou permanente.

**Art. 3º** - O atendimento às pessoas portadoras de deficiência física será prioritário, com sinalização indicativa e acesso apropriado a todas as dependências, lhes permitindo a necessária mobilidade e locomoção.

**Art. 4º** - Deverá ser permitida, em havendo necessidade, a permanência de um acompanhante em local próximo ao estipulado no artigo 1º.

**Art. 5º** - Em caso de descumprimento ao previsto nesta Lei, o infrator deverá ser multado em 10 (dez) UPF/PR (Unidades Padrões Fiscais do Paraná).

LEI 3300/2015 - 2015 - 14-12-2015 14:47 00000330



incidindo em dobro em caso de reincidência, renováveis a cada 30 (trinta) dias.

**Art. 6º** - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei para seu fiel cumprimento.

**Art. 7º** - Esta lei entrará em vigor após decorridos 6 meses da data de sua publicação, ficando tal período destinado à adaptação dos estabelecimentos.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2015.



**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual



### JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei tem como objetivo tornar obrigatório por parte dos Estádios de Futebol, Ginásios Esportivos e Clubes Sociais do Estado, a criação de lugares reservados exclusivamente para a acomodação de portadores de deficiência física.

Ter prioridade no atendimento e fazer com que todas as dependências sejam de fácil acesso lhes proporcionará mobilidade de locomoção e uma melhor participação em eventos esportivos e culturais realizados nestes locais, além de dar relativo conforto e segurança para assisti-los.

A aprovação deste projeto disporá dos meios necessários para o alcance desse objetivo maior que é transformar os estádios, ginásios e clubes sociais em ambientes condições de melhor utilização por parte dos portadores de deficiência física, trazendo mais qualidade de vida.

A legislação brasileira já dispõe de algumas normas que abordam o tema, como a Lei Federal 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento aos portadores de deficiência, a Lei Federal 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade e o Decreto 5.296/2004, que regulamenta as duas leis anteriores, mas os referidos dispositivos tratam sempre de normas gerais, criando as diretrizes principais a serem seguidas visando a promoção e acessibilidade dos portadores de deficiência, mas em nenhum momento estabelece regras específicas direcionadas a reserva de vagas nos estabelecimentos alcançados.

O Projeto de Lei ora apresentado visa justamente complementar tal legislação, abordando a questão de forma mais específica e pontual, mas



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



se adequando perfeitamente nas diretrizes trazidas pelas Leis Federais. Trata-se exatamente da competência suplementar, prevista no parágrafo 2º do art. 24 da Constituição Federal.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2015.



**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de constituição e justiça



## PARECER AO PROJETO DE LEI 37/2015

Projeto de Lei nº 37/2015

Autor: Deputado Anibelli Neto

Relator: Deputado Péricles de Mello

SÚMULA: Os Estádios de Futebol, Ginásio Esportivos, e Clube social do Estado do Paraná, ficam obrigados a manter locais reservados para acomodação de pessoas portadora de deficiência física.

EMENTA: REAPRESENTAÇÃO DE PROJETO (Nº 522/2012). OBRIGA OS ESTÁDIOS DE FUTEBOL, GINÁSIOS ESPORTIVOS E CLUBES SOCIAIS A CRIAR E MANTER LOCAIS RESERVADOS PARA ACOMODAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. POSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 24, INCISO XIV, QUE DISPÕE SOBRE A COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL, EM LEGISLAR SOBRE A PROTEÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. O DECRETO FEDERAL Nº 5.296/2004, REGULAMENTAM AS LEIS FEDERAL 10.048/00 E 10.098/00 AMBAS DISPÕE ESPAÇOS RESERVADOS À PESSOAS



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*

**Comissão de constituição e justiça**



PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. E  
VISAM GARANTIR O ATENDIMENTO  
PRIORITÁRIO AS PESSOAS  
PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. LEI  
10.671/03, ESTATUTO DE DEFESA  
DO TORCEDOR. ARTIGO 33-A  
INCISO I DO REGIMENTO INTERNO  
DA ALEP. CONSTITUCIONALIDADE.  
PARECER FAVORÁVEL.

## PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibelli Neto, trata-se de reapresentação do projeto de lei nº 522/2012, no qual determina que os estádios de futebol, ginásios esportivos e clubes sociais do Estado do Paraná ficam obrigados a criar e manter locais reservados para acomodação de portadores de deficiência física.

## FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa dos projetos de lei apresentados:





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*

**Comissão de constituição e justiça**



## **Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Contudo é importante ressaltar que a Constituição Federal, em seu art. 24, inciso XIV, dispõe sobre a competência da União, Estados e Distrito Federal, de legislar concorrentemente sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência física.

## **Art. 24 Compete à União, aos Estados e Distrito Federal;**

**XIV - proteção e integração social das  
pessoas portadoras de deficiência.]**

Ainda, no que tange a presente análise, imprescindível referir-se ao Estatuto de Defesa do Torcedor, disciplinado pela Lei nº. 10.671 de 15 de maio de 2003, que, em seus artigos 13, parágrafo único e 27, II, tratam da acessibilidade ao torcedor portador de deficiência. Senão vejamos:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*

**Comissão de constituição e justiça**



Art. 13. O torcedor tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas.

Parágrafo único. Será assegurado acessibilidade ao torcedor portador de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 27. A entidade responsável pela organização da competição e a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo solicitarão formalmente, direto ou mediante convênio, ao Poder Público competente:

II - meio de transporte, ainda que oneroso, para condução de idosos, crianças e pessoas portadoras de deficiência física aos estádios, partindo de locais de fácil acesso, previamente determinados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de constituição e justiça

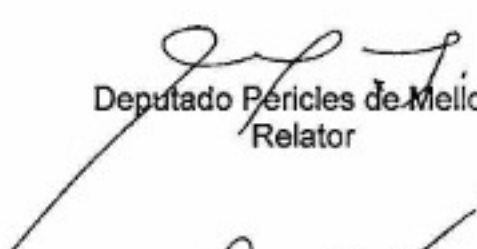



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estar de acordo com o art. 24, inciso XIV, da Constituição Federal, que preceitua que é competência da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente, sobre a proteção e integração social para as pessoas portadoras de deficiência.

Sala das sessões, 16 de Março de 2015.

  
Nelson Justus  
Presidente

  
Deputado Péricles de Mello  
Relator

  
Francischini

  
  
  
  
APROVADO

17.03.15 8



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**COMISSÃO DE ESPORTES**

**PARECER AO PROJETO DE LEI nº 37/2015**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibelli Neto, determina que os estádios de futebol, ginásios esportivos e clubes sociais do Estado do Paraná sejam obrigados a criarem e manterem, no mínimo 0,02% de locais reservados para acomodação de portadores de deficiência física que sofram dificuldades de mobilidade e locomoção, temporária ou permanente.

Salienta-se que compete a esta Comissão de Esportes, conforme dispõe o art. 30, XX, §2º, I, manifestar-se quanto aos aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, operacionais, e principalmente sobre o mérito e oportunidade da temática ora proposta.

Desse modo, não podemos desconsiderar o parecer técnico da Secretaria de Estado e do Turismo – Instituto Paranaense de Ciência e Esporte que em suma opinou pelo prosseguimento do presente Projeto de Lei.

Destacamos que embora o Estatuto de Defesa do Torcedor, disciplinado pela Lei nº. 10.671 de 15 de maio de 2003, que, em seus artigos 13, parágrafo único e 27, II, tratam da acessibilidade ao torcedor portador de deficiência, não há menção na legislação federal quanto ao percentual mínimo a ser exigido. Senão vejamos:

**Art. 13. O torcedor tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas.**

**Parágrafo único. Será assegurado acessibilidade ao**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



torcedor portador de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Isto posto, opinamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei, haja vista que o texto proposto não contraria a norma federal.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 2015.

BERNARDO RIBAS CARLI

PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK

RELATOR

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



**Protocolo nº: 13.529.103-0**

**Parecer: 026/2015**

**Interessado: Assembleia Legislativa do Estado**

**Assunto: Análise do Projeto de Lei nº 37/2015**

Sr. Secretário,

Em data de 30 de março de 2015 o Protocolo em referência foi recebido por este Núcleo contendo solicitação do Diretor Administrativo-Financeiro da Casa Civil, Sr. Wellington Otávio Dalmaz, para análise e manifestação política, dispensada análise jurídica, sobre o Projeto de Lei nº 37/2015, de autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto, constando da Súmula que "Os Estádios de Futebol, Ginásios Esportivos e Clubes Sociais do Estado do Paraná ficam obrigados a criar e manter locais reservados para acomodação de portadores de deficiência física."

Acompanha referido Projeto de Lei a respectiva justificativa, trazendo argumentos que ressaltam a importância em garantir fácil acesso, conforto e segurança aos portadores de deficiência nos eventos esportivos e culturais, mencionando legislação brasileira que estabelece normas sobre o tema, entre outros importantes argumentos;

É o relatório

Preliminarmente, importante ressaltar que esta Assessoria, em pesquisas realizadas, verificou que projeto semelhante ao ora analisado foi

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



apresentado, pelo mesmo autor, em 2012, tramitando na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sob nº 522/12;

Naquela oportunidade o projeto foi apresentado com duas diferenças, ou seja, não contemplava o parágrafo único, que prevê seja arredondado para o número imediatamente superior o percentual de 0,02% caso o mesmo não atinja um número inteiro, e previa a obrigação do Poder Executivo indicar o órgão competente para realizar a fiscalização, sendo, no mais, idêntico ao Projeto objeto da presente análise;

Também a justificativa do Projeto é, basicamente, a mesma, tendo sofrido algumas alterações como a indicação da legislação brasileira que estabelece normas sobre o tema.

A CCJ na ocasião proferiu parecer contrário à pretensão do Autor, alegando que a Lei Federal nº 10.048/2000 já dispõe sobre a reserva de espaços para pessoas portadoras de deficiência, o que ocorre também com a Lei 10.098/2000, com o Decreto 5.296/2004 e com a Lei 10.671/2003 (Estatuto do Torcedor). Consta das razões do parecer da CCJ, ainda, o fato do Projeto pretender legislar sobre assunto já disciplinado por outra lei e, finalmente, por ser o Projeto similar ao de nº 353/2002, que recebeu parecer contrário e foi arquivado.

Apresentado Recurso, foi o mesmo conhecido, mas, na sequência, arquivado conforme art. 273 do Regimento Interno da Assembleia que prevê:

Art. 273 Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em Legislaturas anteriores.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'JP', is located in the bottom right corner of the page.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



Reapresentado o Projeto, recebeu parecer favorável da CCJ, que opinou pela aprovação do mesmo por entender estar de "acordo com o art. 24, inciso XIV, da Constituição Federal, que preceitua que é da competência da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar, concorrentemente, sobre a proteção e integração social para as pessoas portadoras de deficiência."

Vale ressaltar que análise do Projeto de Lei nº 353/12, cujo objetivo era "tornar obrigatório espaços para cadeiras de rodas e de assentos reservados para pessoas com deficiência em Ginásio de Esportes e Estádios de futebol no Estado do Paraná, inclusive durante a Copa do Mundo", recebeu parecer favorável deste Núcleo.

Não há dúvida que o tema abordado é de grande relevância, com o qual o Governo do Estado do Paraná sempre demonstrou preocupação, o que gerou ações concretas do Governo como, por exemplo, a lei sancionada pelo Governador Beto Richa, no mês de janeiro do corrente ano, criando o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Importante lembrar que o citado Estatuto prevê a construção, reforma e adequação de edificações além de reserva de espaços específicos para pessoas com deficiência, conforme consta do Art. 111, § 1º, incisos IV, VI e VII abaixo transcrito:

**CAPÍTULO IX**

**DA ACESSIBILIDADE**

**Seção I**

Two handwritten signatures are present. The first is a large, stylized signature, and the second is a smaller, more cursive signature.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO  
INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE



Disposições Preliminares

Art. 111. A acessibilidade é condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações de uso público, coletivo e uso privado, dos transportes e dos dispositivos, dos sistemas e dos meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência.

§ 1º A acessibilidade para as pessoas com deficiência será garantida mediante supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, através das seguintes medidas:

IV - construção, ampliação, reforma e adequação das edificações de uso público, uso coletivo e uso privado, inclusive os equipamentos esportivos e de lazer, na forma desta Lei e demais normas em vigor, de forma a que se tornem acessíveis para as pessoas com deficiência;

VI - reserva de espaços e lugares específicos para pessoas com deficiência, considerando suas especificidades, em teatros, cinemas, auditórios, salas de conferência, museus, bibliotecas e ambientes de natureza similar;

VII - reserva de vagas específicas, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com deficiência, em garagens e estacionamentos nas edificações e demais espaços urbanos de uso público e coletivo;

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



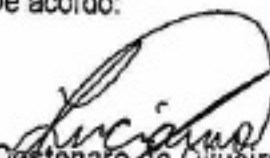
Alguns aspectos jurídicos certamente serão adequadamente debatidos nas Comissões respectivas e, na época própria, pelos Excelentíssimos Senhores Deputados da ALEP, como é o caso da fixação de um percentual a ser reservado para pessoas com deficiência e a despesa que tal fixação acarretará para o Governo ou, ainda, a previsão de multa pelo descumprimento sem a indicação do órgão governamental que efetuará a fiscalização, indicação que, se incluída, também poderia ser interpretada como inconstitucional, por ser iniciativa privativa do Governador dispor sobre a estruturação e atribuições das Secretarias e demais órgãos da administração pública.

Na hipótese em mesa, considerando o parecer anterior deste Núcleo sobre a matéria, bem como a preocupação do Governo do Estado do Paraná com o tema, e superados os obstáculos de natureza jurídica, opina este Núcleo Jurídico pelo prosseguimento do Projeto de Lei, uma vez que eventual aprovação deste não afetará os projetos e metas desta Secretaria, notadamente as que visam consolidar uma política estadual para o esporte, estruturar programas que levem qualidade de vida aos cidadãos de todas as idades, promover oportunidades para a indústria do esporte, revelar atletas, realizar eventos de grande alcance social entre outras iniciativas.

Curitiba, 01 de abril de 2015.

  
José Jorge Tobias de Santana  
Assessor

De acordo:

  
Luciano Costenaro de Oliveira  
Assessor



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



PROJETO DE LEI Nº 405 DE 2015

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 09 FEV. 2015

*[Assinatura]*  
1º Secretário

Inserir no calendário Oficial de eventos do Paraná a semana de Fomento ao Skate, na forma que especifica.

Art. 1º inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Semana Estadual de Fomento ao Skate no Calendário Oficial, realizada anualmente sempre na terceira semana do mês de junho.

Art. 2º A semana de Fomento ao Skate terá caráter de evento oficial, objetivando as diversas modalidades do esporte, que juntos concentram esforços no desenvolvimento de ações e campanhas que esclareçam sobre a importância de sua prática.

Art. 3º as atividades a serem desenvolvidas durante a semana poderão constituir em:

I - estimular a prática das atividades relativas ao esporte

II - realizar atividades educativas e recreativas à data em espaços públicos e privados desde autorizados para tal:



## Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Art. 4º esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei propõe que seja realizado um conjunto de ações comemorativas a semana de fomento ao Skate, oportunizando a realização de atividades referentes ao tema a toda população paranaense. Estima-se que mais de 50 mil pessoas pratiquem esta atividade, assim a instituição de uma semana reservada ao skate é algo de extrema importância para os praticantes. Afim de difundir e incentivar a população que pratique e conheça este esporte. O Paraná que sempre foi um Celeiro de grandes campeões, tais como: como Rodil Jr, Ferrugem, Daniel Vieira, Carlos de Andrade, Piolho, Ítalo Penarrubia entre outros tantos profissionais e amadores. A expectativa é de que o poder público valorize mais a atividade do skate que promove o crescimento pessoal, autoconfiança, bem como concede qualidade de vida, isso é o que move praticantes a manterem projetos voltados a crianças carentes. Isto posto, uma Semana do Skate voltada ao incentivo deste esporte traria a promoção de políticas públicas que tragam mais investimento ao esporte.

Sala das Sessões, 04 de Fevereiro de 2015

*Francischini*  
Felipe Francischini

Deputado Estadual – SD/PR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça




Súmula: Requer a anexação do Projeto de Lei nº 140/15 ao 105/15, por tratarem de matérias correlatas.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário a anexação do **Projeto n. 140/2015** ao **105/2015**, conforme dispõe o art. 120 do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, 02 de março de 2015.

  
**Deputado NELSON JUSTUS**  
Presidente da Comissão  
de Constituição e Justiça

note-se e encaminhe-se  
Para Providências  
DL. 03.1031/15



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER AO PROJETO DE LEI 105/2015

Projeto de Lei nº. 105/2015

Autor: Deputado Estadual Felipe Francischini.

**\*\*Em anexo ao Projeto de Lei n.140/2015**

Autor: Deputado Estadual Rasca Rodrigues

Súmula: Insere no calendário Oficial de eventos do Paraná a semana de Fomento ao Skate, na forma que especifica.

EMENTA: INSTITUI A SEMANA DE FOMENTO AO SKATE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI FEDERAL 12.343/10, ART. 3º. REGIMENTO INTERNO, ART. 137, §2º. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Felipe Francischini, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Semana de Fomento ao Skate", a ser celebrada anualmente sempre na terceira semana de junho.

Da mesma forma, o projeto apresentando pelo Deputado Estadual Rasca Rodrigues tem como objetivo instituir o dia estadual do Skate, a ser comemorado anualmente no dia 21 de junho.

Sendo assim, foi requerida a anexação de ambos os projetos por se tratarem de matéria similar.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**  
**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que **é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais**, senão vejamos:

**Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.**

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Contudo, como estamos diante de duas proposições análogas, que possuem matérias similares, necessário se faz a transformação em uma só, conforme dispõe o art. 120 do Regimento Interno.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda contém todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*




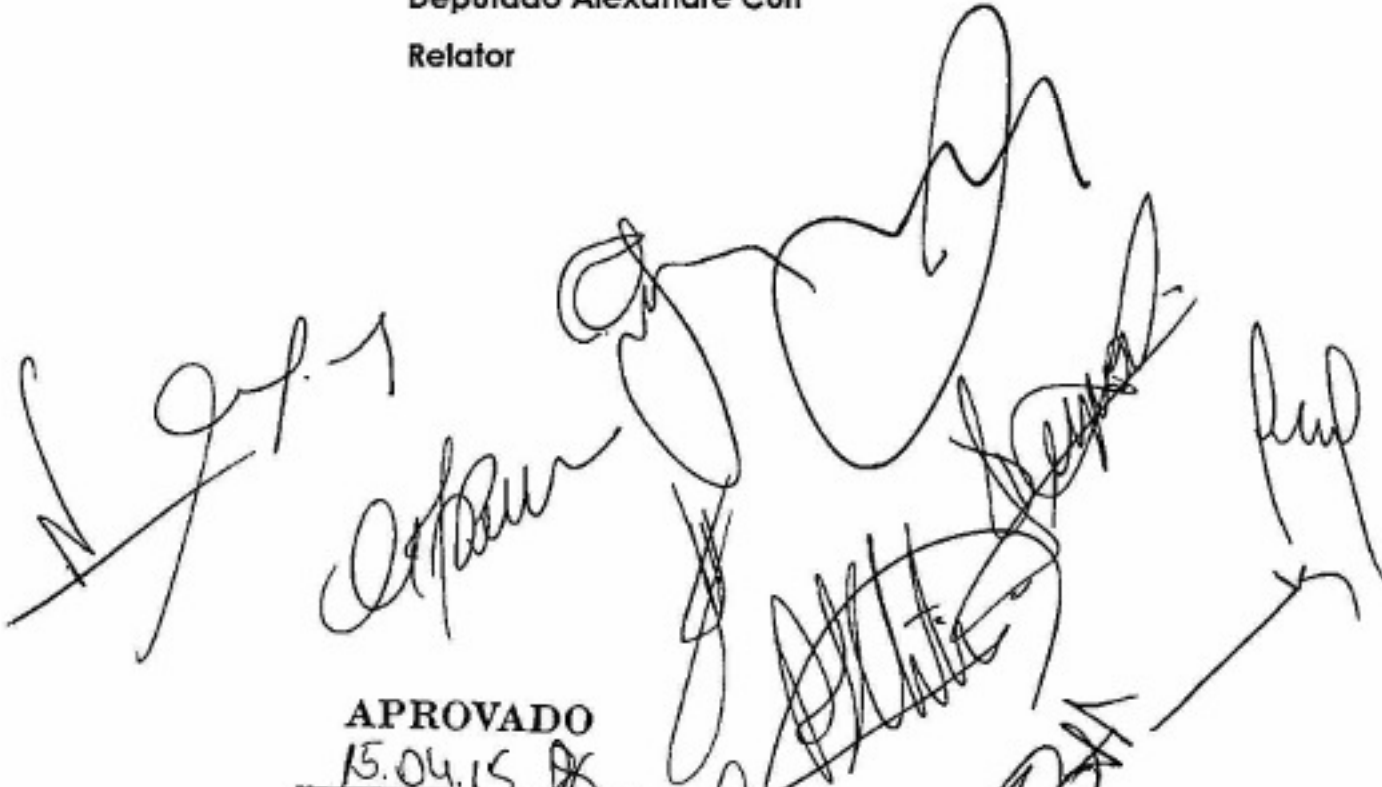
CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2015.

  
Deputado Nelson Justus  
Presidente

  
Deputado Alexandre Curi  
Relator

  
**APROVADO**

**15.04.15**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO 105/2015 EM ANEXO AO**  
**PROJETO 140/2015**

De acordo com o que determina o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei n. 105/2015, passa a contar com a seguinte redação:

**Súmula:** Institui o dia e a semana estadual de fomento ao Skate no Estado do Paraná.

**Art. 1º** Institui o Dia Estadual do Skate, a ser comemorado anualmente no dia 21 de junho.

**Art. 2º** Na semana do dia 21 será celebrada a Semana Estadual de Fomento ao Skate que terá caráter de evento oficial, objetivando as diversas modalidades do esporte, que juntos concentram esforços no desenvolvimento de ações e campanhas que esclareçam sobre a importância de sua prática.

**Art. 3º** As datas mencionadas nos artigos 1º e 2º passam integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

**Art. 4º** Na semana estipulada serão desenvolvidas atividades, ações e campanhas que esclareçam sobre a importância da sua prática esportiva, nas quais consistirão em:

I - estimular a prática esportiva do Skate;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



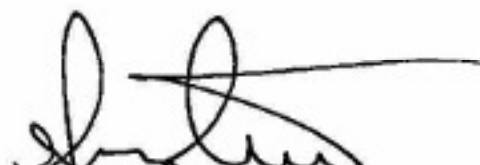
II - realizar atividades educativas e recreativas em espaços públicos e privados, desde que devidamente autorizadas para tal;


III - realizar as atividades respeitando o cronograma definido por seus organizadores, e obedecendo aos princípios éticos e morais;

IV - distribuição de folders, cartazes e adesivos, assim como realização de palestras, peças teatrais e demais eventos culturais que se fizerem necessários, na forma estabelecida pela legislação em vigor.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2015.

  
Deputado Nelson Justus  
Presidente

  
Deputado Alexandre Curi  
Relator

APROVADO

15.04.15

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Pércles de Mello*

*Comissão de Esportes*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 105/2015**

**Projeto de Lei nº. 105/2015**

**Autor: Deputado Estadual Felipe Francischini.**

**\*\*Em anexo ao Projeto de Lei n.140/2015**

**Autor: Deputado Estadual Rasca Rodrigues**

**SÚMULA: INSERE NO CALENDÁRIO  
OFICIAL DE EVENTOS DO PARANÁ A  
SEMANA DE FOMENTO AO SKATE, NA  
FORMA QUE ESPECIFICA.**

**I – SÍNTESE FÁTICA**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Felipe Francischini, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Semana de Fomento ao Skate", a ser celebrada anualmente sempre na terceira semana de junho.

Da mesma forma, o projeto apresentando pelo Deputado Estadual Rasca Rodrigues tem como objetivo instituir o dia estadual do Skate, a ser comemorado anualmente no dia 21 de junho.

Da mesma forma, o projeto apresentando pelo Deputado Estadual Rasca Rodrigues tem como objetivo instituir o dia estadual do Skate, a ser comemorado anualmente no dia 21 de junho.

Através da Comissão de Constituição e Justiça, o relator Deputado Alexandre Curi exarçou parecer pela constitucionalidade e legalidade do



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*

*Comissão de Esportes*



projeto de lei em questão, com a emenda substitutiva geral ao projeto 105/2015., em anexo ao projeto de lei 140/2015, instituindo o Dia e a Semana Estadual de Fomento ao Skate no Estado do Paraná.

Com isto, o Projeto foi encaminhado para a análise desta Comissão de Esportes acerca do mérito.

### II – MÉRITO

Conforme prevê artigo 29 do Regimento Interno desta Casa de Leis, é papel das Comissões Permanentes pronunciarem-se, via parecer, acerca de proposições relacionadas à sua área de atuação.

Tal prerrogativa é também reafirmada no artigo 30, inciso XX, que prevê a manifestação desta Comissão em todas as matérias correlatas à sua área temática.

A prática do skateboarding, mais conhecido somente como skate no Brasil, além de ser saudável, pode ser usada de outras formas, como promover a inclusão e transformação social de crianças e adolescentes, com o objetivo é oferecer entretenimento, incentivo aos estudos e promover a socialização do indivíduo.

É de conhecimento de todos que o Skate, proporciona um grande gasto calórico e ajuda a tonificar a musculatura, só que os benefícios com a prática do skate vão muito além disso, o skate é uma das atividades físicas mais completas que existem, pois trabalha o corpo, a mente e a sociabilização do praticante.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Pérciles de Mello*  
*Comissão de Esportes*



**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que, o que estabelece está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense, e com a necessidade de defender a prática do Skate no Estado do Paraná.

Curitiba, 13 de maio de 2015.

**DEPUTADO BERNARDO CARLI**  
Presidente

**DEPUTADO PÉRCILES DE MELLO**  
Relator

**PEDRO LUPION**  
Relator Esportes - PE

**DEP. PASTOR EDISON PRACEK**



**PROJETO DE LEI 297/15**

Autorização para a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná efetuar a alienação dos bens imóveis que especifica, sediados em diversos Municípios do Estado do Paraná.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR efetuar a alienação dos imóveis relacionados no Anexo Único desta Lei, localizados em diversos Municípios do Estado do Paraná, obedecendo os ditames legais.

**Art. 2º** A autorização de que trata esta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007.

**Art. 3º** As providências e as despesas necessárias para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis ficam sob a responsabilidade dos adquirentes.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**ANEXO ÚNICO**

ORDEM	MUNICÍPIO	MATRÍCULA	CRI	DESCRIÇÃO
1	Cambé	17.041	2º CRI Cambé	Barracões
2	Cruzeiro do Oeste	6.784	CRI Cruzeiro do Oeste	Terreno
3	Ivaiporã	30.968	CRI Ivaiporã	Armazém
4	Mallet	3.705	CRI Mallet	Terreno
5	Ortigueira	1.859	CRI Ortigueira	Residência em Alvenaria
6	Paranavaí	1.292/1.293/1.294	2º CRI Paranavaí	Armazém
7	Paranavaí	11.392	1º CRI Paranavaí	Armazém
8	Santa Helena	7.080	CRI Santa Helena	Terreno
9	Santo Antônio do Sudoeste	161	CRI Santo Antônio do Sudoeste	Armazém
10	São João do Caiuá	6.006	CRI Alto Paraná	Armazém
11	Tibagi (Caetano Mendes)	2.285	CRI Tibagi	Armazém
12	Toledo	32.233	1º CRI Toledo	Prédio

MENSAGEM

Nº 019/2015

Curitiba, 14 de abril de 2015.



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 22 ABR. 2015

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR a efetuar a alienação dos imóveis que especifica, sediados em diversos Municípios do Estado do Paraná, obedecidos ditames legais.

Os imóveis em questão, localizados nos Municípios de Cambé (matrícula nº 17.041), Cruzeiro do Oeste (matrícula nº 6.784), Ivaiporã (matrícula nº 30.968), Mallet (matrícula nº 3.705), Ortigueira (matrícula nº 1.859), Paranavaí (matrículas nºs 1.292, 1.293, 1.294 e 11.392), Santa Helena (matrícula nº 7.080), Santo Antônio do Sudoeste (matrícula nº 161), São João do Caiuá (matrícula nº 6.006), Tibagi (matrícula nº 2.285 – Caetano Mendes) e Toledo (matrícula nº 32.233), pertencem à Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR.

Tendo em vista que, atualmente, os imóveis não estão sendo utilizados, as propriedades foram declaradas inservíveis pela CODAPAR, em função de não atenderem mais às necessidades daquela Companhia, sendo assim autorizada suas alienações, conforme Termos de Inservibilidade acostados às fls. 25, 44, 57, 79, 129, 151, 174, 204, 231, 276, 317, 339 e 363 e Atas das Reuniões do Conselho de Administração da CODAPAR constantes do protocolado nº 13.370.481-7-SID.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ADEMAR TRAIANO  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 13.370.481-7

22/04/15 001818 DAP



## PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei (PL) nº 297, de 2015 (mensagem nº 19, de 2015, na sua origem) que prevê a *"autorização para a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná efetuar a alienação dos bens imóveis que especifica, sediados em diversos municípios do Paraná"*

Relator: Dep. PEDRO LUPION

### i. Relatório

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 297, de 2015, de autoria do Poder Executivo (mensagem nº 19, de 2015, na sua origem), o qual objetiva autorizar a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (ADAPAR) a efetuar a alienação de bens imóveis que especifica, sediados em diversos municípios do Estado do Paraná, em observância ao que prevê a Lei Estadual nº 15.608, de 2007.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

Uma vez encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais, foi designado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria.

É O RELATÓRIO.



## ii. Fundamentação

Nos termos do artigo 33-A<sup>1</sup> do RIALEP compete a esta Comissão de Constituição e Justiça emitir parecer acerca da constitucionalidade (formal e material), legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, das proposições em trâmite perante esta e.Casa Legislativa.<sup>2</sup>

Em um primeiro momento, o autor é legítimo a apresentar proposições, uma vez que se trata de membros desta e.Casa Legislativa e considerando o teor do artigo 65<sup>3</sup> da Constituição Estadual e do artigo 124<sup>4</sup> do RIALEP.

No que tange ao objeto do projeto em tela, imperioso mencionar o que dispõe o artigo 10, parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná, que trata da alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia, conforme segue:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma*

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

*1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*

<sup>2</sup> Sobre o Controle de constitucionalidade prévio realizado por esta Comissão de Constituição e Justiça V. LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, o qual menciona em síntese que a Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Concluindo que 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'.

<sup>3</sup> Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

<sup>4</sup> Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo meu)

*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*



# PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



*das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Ainda, a Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, estabelece regras para a alienação de bens da Administração Pública, conforme segue:

*Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:*  
*(...)*

*III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;*

Dispõe sobre o tema também a Lei Federal nº 8666/93, a qual versa sobre licitações:

*Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

*I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:*  
*(...)*

*e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo;*

Cumprе salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na Constituição do Estado do Paraná, artigo 87, é do Governador do Estado, conforme segue:

*Art. 87. Compete privativamente ao Governador:*

*(...)*

*VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;*

No que concerne a juridicidade, o PL está em perfeita harmonia considerando que: (i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; (ii) a matéria nele ventilada traz inovações ao ordenamento jurídico; e (iii) está em perfeita consonância com os princípios gerais do Direito.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Igualmente o PL coaduna com o que determina a Lei Complementar Estadual nº 176 de 11 de julho de 2014.





# PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná




Ante o exposto, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do presente PL.


É O VOTO.


### iii. Conclusão


Ante o parecer e as razões acima expostas concluo pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 297, de 2015**, de autoria do PODER EXECUTIVO.

SALA DAS COMISSÕES, 27 de Abril de 2015

  
**DEPUTADO PEDRO LUPION**  
**RELATOR**

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**


  
**Dep. Demarelli**

  
**Dep. Francisdimi**

  
**Dep. Carlos**

  
**Dep. Guto**

  
**Dep. Pastor**

  
**APROVADO**

27.04.15



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 297/15**

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo - Mensagem nº 019/15, que autoriza a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR a efetuar a alienação dos imóveis que especifica, sediados nos Municípios de Cambé, Cruzeiro do Oeste, Ivaiporã, Mallet, Ortigueira, Paranavai, Santa Helena, Santo Antônio do Sudoeste, São João do Caiuá, Tibagi e Toledo, obedecidos ditames legais.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a proposta encontra-se justificada.

Constata-se que o autor da matéria tem legitimidade para propor o Projeto de Lei em questão, consoante o art. 65 da Constituição Estadual.

Da mesma forma a Constituição Estadual em seu art. 10 parágrafo único, dispõe sobre as alienações dos bens imóveis do Estado, mais especificamente no que tange a autorização prévia da Assembleia Legislativa do Estado.

Sendo assim, a matéria encontra-se em perfeita consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura  
Comissão de Finanças


Ainda observa o autor, de acordo com o art. 3º da Proposta de Lei, que as despesas necessárias para a escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis, ficam sob a responsabilidade dos adquirentes.

**CONCLUSÃO**

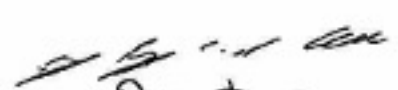
Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei em tela.


É o parecer.

Sala das Comissões, 13/05/15

  
DEPUTADO GILSON DE SOUZA  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR

  
Dep. Traigo

  
Dep. Scanavacca

  
Dep. Lúcio